

# A Educação Superior é mercadoria ou direito no âmbito da OMC, GATT e AGCS?

João dos Reis Silva Júnior\*  
Carlos Lima\*\*

\* Professor do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Sorocaba.  
joresiju@uol.com.br

\*\* Professor da Universidade de Brasília.  
alberlima@uol.com.br

## Resumo

Este artigo busca mostrar a iminência da institucionalização da mudança da educação, com destaque para a transformação da educação superior como direito social em mercadoria, em um processo simultâneo de mundialização da educação sob hegemonia dos Estados Unidos da América. Em um primeiro momento discute a hegemonia estadunidense, para em seguida, mostrar o *Acordo Geral sobre Comércio de Serviço* no âmbito da *Organização Mundial do Comércio*. Com a intenção de mostrar a gravidade da situação, analisam-se as razões históricas de emergência do setor terciário na história do capitalismo por meio de uma peculiar leitura da *Teoria Geral de Keynes*.

## Palavras-chave

Educação superior; mundialização da educação; direito social.

## Abstract

The article in hand seeks to show the imminence of the institutionalization of change in education, with special emphasis on the transformation of higher education as a social right in commodities, in a simultaneous process of globalization of education under the hegemony of the United States of America. Firstly, North American hegemony is discussed, to show the *General Agreement on the Commerce of Services* within the scope of the *World Commerce Organization*. With the intention of showing the gravity of the situation, the historical reasons for emergency in the tertiary sector is analyzed in the history of capitalism through a specific reading of the *General Theory of Keynes*.

## Key Words

Higher education; globalization of education; social rights.

A hegemonia mundial dos Estados Unidos da América que se apresentou de forma acentuada e explícita nas últimas três décadas com a universalização do capitalismo como forma de produção da vida humana foi o centro do seminário "Hegemonia e Contra-Hegemonia: os impasses da Globalização e os Processos de Regionalização", organizado pela Rede sobre Economia Global e Desenvolvimento Sustentável, no mês de agosto de 2003, que, segundo a *Folha de São Paulo* de 17.08.2003, foi pensado como "um debate sobre a hegemonia dos Estados Unidos, sua crise e as alternativas a ela, diante do que se considera uma exaustão do modelo neoliberal".

Gostáramos, para efeito dos propósitos deste texto, de destacar alguns pontos desse evento realizado no Brasil, porém com representativa participação internacional. Primeiro, a existência própria do seminário e de seus objetivos parece indicar a importância do entendimento que se busca sobre a conjuntura mundial a partir de um ângulo dos que se encontram na periferia social do mundo. Não menos importante, em segundo lugar, é o que expressa o tema que indica por meio da tensão *globalização/regionalização*: a preocupação do continente Latino Americano com o devir das relações entre globalização e regionalização, nas quais ganham destaque as negociações que se desenvolvem na *Organização Mundial do Comércio* (OMC) e na *Área Livre para o Comércio entre as Américas* (ALCA). Por fim, um terceiro ponto, a relação que o objeto de discussão aponta como central a *hegemonia mundial dos Estados Unidos da América*. Um fato em discussão sobre o qual a nenhuma

conclusão mais sólida se chegou e preponderaram opiniões que se puseram em contradições. Em face dos elementos que a história recente nos traz, pode-se no máximo refletir sobre as teses defendidas na condição de hipóteses em um período de transição muito turbulento em direção a uma forma histórica que não se sabe como será concretamente.

Um seminário com um resultado muito positivo no que se refere ao que se propusera e que deixa, de fato, como concreto as afirmações do sociólogo Immanuel Wallerstein no encerramento do encontro, para quem "Estamos num período de transição, mudando para algo que não sabemos o que é. Todos sabem que os EUA são o poder dominante. Mas iremos ver o colapso". O intelectual norte-americano, segundo a *Folha de São Paulo* de 23.08.2003, teria dito antever um debate entre "as forças de Davos [onde ocorre o Fórum Econômico Mundial] e as forças de Porto Alegre [Fórum Social Mundial]".

"Ele disse que as forças de Porto Alegre já fizeram o discurso da negação das estruturas e estão chegando ao limite. Seu desafio é descrever o que planeja pôr no lugar do sistema atual. Se não tiverem sucesso, vão se desintegrar".

É inegável que os Estados Unidos da América, especialmente depois da Segunda Grande Guerra produziu sua hegemonia mundial no capitalismo, que se acentuou depois do fim da guerra fria e o fez de todas as formas, no âmbito econômico; político; cultural, com destaque para esfera educacional e para a produção da ciência em todas as suas áreas; produtiva, bélica, etc. O idioma inglês carrega em sua semiótica, não

somente as temporalidades históricas do Império Britânico, mas, sobretudo, o *American Accent* que de fato traz consigo a hegemonia e o poder bélico dos Estados Unidos. O seminário, ainda que "pensado como um debate sobre a hegemonia dos Estados Unidos, sua crise e a alternativa a ela.", confirma a sua existência por longo tempo em nível planetário produzida de forma capilar em muitas atividades humanas que muitas vezes nos passam despercebidas.

Siqueira (2003)<sup>1</sup> em excelente ensaio sobre o tema deste artigo mostra como tais poderes e hegemonia se fizeram produzir e se concretizaram em órgãos multilaterais sob influência dos Estados Unidos da América. Depois de refletir sobre como tais organizações foram se realizando, logo após a Segunda Grande Guerra até os dias atuais, quando parece assumir sua forma mais consistente na *Organização Mundial do Comércio* (OMC):

A Organização Mundial do Comércio dá às regras comerciais uma estrutura organizacional permanente (poderes que o GATT [Acordo Geral Sobre Tarifas e Comércio] não tinha) e um tipo de "personalidade legal" desfrutada pela ONU, Banco Mundial e FMI. [No] "sistema de resolução de disputa" da OMC [...] as disputas não são decididas por representantes de governos democraticamente eleitos, mas por tribunais secretos, compostos por burocratas do comércio internacional... As qualificações para os membros... incluem experiência em delegação comercial de algum país ou de advocacia em disputas comerciais... que geram painelistas com uma perspectiva, uniforme, favorável ao comércio<sup>2</sup>.

Vale destacar deste excerto a mudança que passam a ter as relações comerciais

realizadas no mercado mundial a começar pela nova guarida organizacional e institucional que escudam os acordos para a realização do valor na esfera de circulação de mercadorias, outrora mediada pelos Estados nacionais, que buscavam resguardar sua história, sua soberania, e, sobretudo sua cultura e conseqüentemente sua identidade. Na OMC, da forma como se organiza e consolida a sua racionalidade organizacional e institucional por meio de tribunais secretos, compostos por burocratas do comércio internacional<sup>3</sup>, tal lógica orientadora da OMC é a própria *Extended Order* (fundamento central de Hayek), segundo a qual todas as atividades humanas deveriam ser por ela organizada, que serviu de base para a histórica produção do ultraliberalismo econômico, que se desenvolveu no mundo a partir da década de 1970. Cumpre destacar, que a educação fundamentada na ideologia liberal, com as discussões em curso na OMC, poderá, de direito social transformar-se em uma mercadoria no setor de serviços ou como dizem os economistas no DIII, o Departamento Econômico de Serviços, o *Terciário*. Isso enseja a busca pífia e fadada ao fracasso do pensamento único e da eliminação da história para a manutenção de uma forma de ser do gênero humano: o capitalismo. Siqueira detalha e mostra a força de nossa afirmação na passagem abaixo:

Qualquer país-membro pode questionar, através da OMC, qualquer lei de outro país que entenda estar privando-o dos benefícios esperados... Embora... os questionamentos sejam apresentados por um país contra outros, o ímpeto para um questionamento vem normalmente de uma corpora-

ção transnacional... Quando um questionamento acerca de uma lei nacional ou local é trazido ante à OMC, as partes contendoras apresentam seu caso em uma audiência secreta ante um painel de três peritos em comércio.... O ônus de prova está no acusado, que deve provar que a lei em questão não é uma restrição ao comércio como definido pelo GATT/OMC<sup>3</sup>.

Pelo que enfatiza Siqueira, a OMC passa a influir sobre todas as operações comerciais em âmbito planetário, com grandes vantagens para os países que detêm a hegemonia e poder econômico e bélico neste mesmo nível. No entanto, para os objetivos deste texto interessa-nos explorar as reflexões de Siqueira sobre a OMC, no que essa organização que dá guarida a tal acordo, refere-se ao setor de serviços. Com detalhes escreve a autora:

O GATS/AGCS [AGCS – Acordo Geral sobre Comércio em Serviços] foi assinado pelos países-membros da OMC em 01/01/1995, tendo como objetivo a liberalização progressiva dos serviços<sup>4</sup>, com uma perspectiva de conclusão das negociações no prazo de 10 anos (até 01/01/2005). No processo de negociação os países deveriam inicialmente apresentar propostas para a liberalização dos diversos setores de serviços, e, posteriormente, prosseguir com apresentação, de forma bilateral, de demandas específicas (o que deveria ocorrer até 30/06/2002) e a seguir ofertas (o que deveria ocorrer até 31/03/2003), havendo também reuniões ministeriais periódicas, como a última em Doha, no Qatar (novembro/2001) [...].

Observam-se os detalhes do cronograma e as obrigações dos países para a regulamentação do princípio da “ordem estendida do mercado” referente ao setor de serviços concretizando a secundarização

da especificidade cultural de cada nação por meio da hegemonia dos países economicamente mais fortes, que impõem sua hegemonia como buscamos mostrar no início do texto. Por outro lado, vale destacar que a educação, particularmente a de nível superior e as instituições que as desenvolvem são próprias da modernidade e um direito constituinte do cidadão, traço legítimo, histórico e legal que estrutura a cidadania, mas, contudo, nas negociações em curso na OMC com prazo para término no primeiro dia de 2005, pode tornar-se mercadoria no setor terciário. Como nos alerta Siqueira, tal fato atentaria contra a soberania de todos países pela hegemonia e poderes do Estado que quer tornar-se planetário, tornando os cidadãos do mundo, no mesmo movimento, “cidadãos mínimos”. Continua Siqueira:

Quando da assinatura do GATS, os países membros da OMC concordaram com a inclusão de todos os serviços no Acordo, com a frágil exceção daqueles que sejam caracterizados como fornecidos no exercício da autoridade governamental, e que não sejam oferecidos de forma comercial e nem entrem em competição com um ou mais provedores de serviços<sup>5</sup>. Ou seja, no caso da educação, caso qualquer governo cobre qualquer taxa pelos serviços educacionais, ofereça cursos pagos diretamente, em convênios ou desenvolva pesquisas e receba remuneração, – o que é o caso em muitos países – o mesmo estará ofertando serviços em bases comerciais e, portanto, estaria fora da exceção. Mais ainda, se o governo oferece cursos a distância e outros provedores privados fazem o mesmo, ele está em concorrência com esse outro provedor de ser-

viços; portanto, excluído também da excepcionalidade (negritos nossos).

No caso brasileiro é fundamental chamar a atenção para a reforma do Estado e da educação superior que já discutimos em dois outros livros<sup>6</sup>, nos quais buscamos mostrar o processo mercantil e gerencial que concretizou a *Extended Order* no Estado e na educação superior brasileiros, criando, dessa forma, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, a dificuldade para a negociação no âmbito da OMC da mudança da educação superior em serviços, isto é, em mercadoria. Um direito social natural, segundo autores como Locke, por exemplo, transformado em mercadoria e transferido para a pertença da sociedade civil, numa dupla e perversa privatização de natureza econômica e política. Continua a autora:

O mesmo Art. 1, item 3, indica que as regras e os compromissos do GATS se aplicam aos governos dos países signatários em todos os níveis (local à nacional), assim como a organizações não-governamentais que estejam executando atividades governamentais.

Destacamos, no caso brasileiro, mais uma herança do governo FHC a dificultar as negociações com a OMC no que se refere ao que argumentamos acima. O Governo de Fernando Henrique Cardoso teve no centro de suas propaladas propostas políticas a construção e o fortalecimento da cidadania e o aumento das possibilidades de emprego, projeto tornado público por meio de discursos dos reformadores ou de seus arautos com grandes espaços e tempos na mídia, mediante o alardear da construção do novo cidadão brasileiro, cujo perfil

teria como pilares o *modelo de competência, da empregabilidade* e da participação política e social nos rumos do país, contraditoriamente em meio a uma intensa mudança institucional e à construção de uma nova *organização social*, isso induzido por um novo paradigma de Estado, cuja racionalidade encontrava-se vazada por valores mercantis<sup>7</sup>.

Tratava-se, sem dúvida, de um projeto político muito convincente, não fosse a conjuntura mundial e brasileira, neste último caso, com seus traços acentuados na segunda metade da década de 1990: 1) a disseminação do novo paradigma de organização das corporações em nível mundial, 2) a desnacionalização da economia brasileira 3) a desindustrialização brasileira, 4) a transformação da estrutura do mercado de trabalho, 5) a terceirização e a precarização do trabalho em função de sua reestruturação, 6) a reforma do Estado e a restrição do público conjugada com a ampliação do privado, 7) a flexibilização das relações trabalhistas, 8) o enfraquecimento das instituições políticas de mediação entre a sociedade civil e o Estado, especialmente dos sindicatos, centrais sindicais e partidos políticos e 9) trânsito da sociedade do emprego para a sociedade do trabalho, isto é, a tendência ao desaparecimento dos direitos sociais do trabalho. Fernando Henrique Cardoso, num movimento de atualização de sua *Teoria da Dependência*, em sua prática política à frente da presidência, governou conforme o capital financeiro internacional, preocupando-se tangencialmente com o capital nacional industrial e com o fortalecimento de um capital produtivo brasileiro.

Por outro lado, face à desmobilização da sociedade civil ocorrida na década de 1980, gerenciou (mais do que governou) o país desconsiderando aquela, ou a considerando ao menos de forma parcial em face de sua frágil organização, além de incentivar a emergência das *organizações não governamentais* (ONGs) em todos os setores sociais, com destaque para a esfera educacional. Neste mesmo movimento consolidou o *hiperpresidencialismo*, como forma de governo, isto é, uma hipertrofia do Executivo, em detrimento dos demais poderes da República. Com isso tornou frágil ao máximo o capital nacional, destacadamente, o industrial, redesenhou a sociedade civil, instituindo as ONGs como interlocutoras principais, transferindo deveres do Estado e direitos sociais e subjetivos do cidadão para a sociedade civil, porém, sob seu controle. Um movimento que produziu um novo paradigma de políticas públicas: as políticas públicas de oferta a serem executadas na sociedade civil em geral por ONGs, movimento que ao lado das reformas institucionais executadas, redesenhou nossa sociabilidade, e criou condições para a produção de um novo paradigma político orientado pela instrumentalidade, a adaptação e a busca do consenso (traço político assumido pela atual cultura política defendida pelo presidente Lula por meio de seu *Pacto Social*<sup>8</sup>). Este quadro se completa quando se observa a sua submissão às agências multilaterais, a ponto de chegarmos ao final do primeiro semestre de 2002 gastando vários salários mínimos de R\$200,00 por segundo para pagar, com o superávit primário, somente os juros de

nossa política e impagável dívida externa consolidada de R\$ 1 Trilhão e 96 Bilhões, conforme se pode ler na página 32 da Portaria número 365 STN. Por outro lado, ainda que com distinta forma de ver as relações democráticas, de aproximar-se sociedade civil reformada por FHC, destaca-se também a continuidade da política econômica orientada pelos organismos multilaterais, com um leve movimento de acentuação. O presidente do Banco Central no *Diário on Line* de 29 de outubro de 2003, afirmou que gastará 153 bilhões de reais para o pagamento dos juros da dívida externa brasileira. Esses fatos continuam mostrando nossa submissão ao capital internacional tal como criticávamos durante o governo FHC. Tal observação soa e é uma crítica ao governo Lula, porém neste contexto, procuramos para além disso trazer elementos para responder a questão sobre o AGCS. O Brasil, até 01/01/2005, assinará ou não tal acordo, que institucionaliza a educação, especificamente, a de nível superior, isto é, institucionaliza a transformação de direito social em mercadoria, diante da suposta queda de hegemonia dos Estados Unidos? Siqueira nos ajuda em outro ponto do AGCS:

O acordo apresenta ainda várias regras gerais – das quais destaco, Nação Mais Favorecida (MFN), Transparência, Regulação Doméstica, Reconhecimento e Restrições para Resguardar a Balança de Pagamentos – e regras de adesão “voluntária”, das quais destaco: Acesso ao mercado e Tratamento Nacional.

A primeira regra, MFN, estabelece que nenhum país pode receber tratamento inferior ao dado a um outro. Isso significa

que se um país permitir competição em um determinado setor ou tenha acordos específicos bilaterais e/ou com um bloco de países (p.ex. Mercosul, Comunidade Européia, Nafta, etc)<sup>9</sup>, os mesmos benefícios/direitos devem ser estendido aos demais países. Cabe ressaltar que quando o GATS foi assinado, os membros tiveram a permissão única de pedir isenção dessa regra, por prazo determinado; isto é, até 01/01/2005. Mas, conforme o Anexo do Art II, essas isenções estão tendo sua pertinência revista e fazem parte das negociações atuais. O Brasil e França, por exemplo, têm um Acordo específico, Santos Dumont, que exige a autenticação consular de diplomas e documentos por autoridade do país receptor (os negritos são nossos).

Neste texto, a autora analisa em detalhes as conseqüências do que potencialmente pode estar por acontecer, se a educação tornar-se equivalente a qualquer outro tipo de serviço, como revela a análise que transcrevemos anteriormente. Trata-se de um atentado à nossa soberania e cultura de muitos países, particularmente do Brasil, além de ser um assalto comercial à educação superior, quando comparamos nossa maior parcela de instituições de educação superior às de países como da Europa, Canadá e Estados Unidos da América. Por outro lado, se olharmos as novas faces da educação superior produzidas por Fernando Henrique Cardoso e que parecem estar acentuadas no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, ao lado do muito que ainda deve ser feito pela educação<sup>10</sup>, em particular para a educação superior, vemos o grande vazio que estamos deixando para que universidades estrangeiras ou universidades corporativas venham preencher em prejuí-

zo da nossa educação superior. Destacase, no entanto, que se esses breves "alertas" já nos assustam e nos mostram a iminência de radical mudança de *ethos* da universidade brasileira, do campo acadêmico e do novo paradigma mercantil que se acentuará, com eventual concretização do que está previsto, para o ano de 2005, tema que merece toda a atenção no Fórum Social Mundial de 2004, como nos alerta Wallerstein e dada particular situação do Brasil para educação superior produzida durante o governo FHC. No entanto, pensamos ser necessário uma visada de longo prazo com base na economia política da educação para trazermos mais elementos para a reflexão de importante tema da educação brasileira e tornar mais clara a "face do horror", na precisa e assustadora expressão de Francisco de Oliveira.

## O setor de serviços e a produção de valor – polêmica discussão

Para realizarmos tal análise de longo prazo sobre a educação superior concebida como *serviços*, isto é, na condição de mercadoria pertencente ao departamento III da economia (o setor de serviços, o terciário), devemos compreender mais esse departamento e como e por que ele passa a fazer parte da economia capitalista a partir da crise de 1929, que marca o início do século da social democracia e do Estado de bem estar social, para melhor adensarmos o entendimento da iminência da transformação da educação superior em serviço no interior da Organização Mundial do Comércio. Para fazermos estes breves comentários.

os lançaremos mão dos trabalhos de Lauro Campos, especialmente, de duas de suas obras em que a *Teoria Geral* de Keynes é mostrada como ideologia e as razões da crise do *Fordismo* e a emergência do que se vem denominando *neoliberalismo*, na qual, os deslocamentos do capital para os setores sociais e seu avanço planetário são marcas centrais. As suas obras são *A Crise da Ideologia Keynesiana* a ser dada a público em 2004 pela Editora Xamã e a *A crise completa – a economia política do não* publicada pela Boitempo em 2001.

O autor escolhido e suas obras centrais nos deixam claro em cada parte dos vários capítulos dos dois livros, que o resultado do trabalho no âmbito da economia e da prática social seria, sem a necessidade histórica da sociedade capitalista, a própria elevação da condição humana. Ao contrário do que se realiza quando orientado pela lógica do capital, o resultado do trabalho ou da prática são estranhos ao homem, e, portanto, não se articula com processos humanos de elevação de sua condição de ser. Neste momento, Lauro Campos faz-se filósofo, mais do que um pensador da economia e da sociologia do conhecimento no caso específico do primeiro livro referido. Sua preocupação reside na busca da liberdade humana na sua condição de ser e nos meios para a consumação de tal liberdade: a política no seu sentido *lato* e *stricto*. No primeiro semestre de 2002 em palestra na disciplina *Política e Organização da Educação Brasileira* na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, Lauro Campos declarou sua vocação política na condição de sua dívida com os trabalhado-

res por ter tido condições de estudar sua vida toda. Nessa condição procurou desenvolver seus trabalhos, como nestes aqui escolhidos, em que busca desconstruir Keynes para entregar aos trabalhadores instrumentos teóricos para sua prática política.

Na *Teoria Geral*, Keynes identifica o que é heterogêneo a um único bloco social homogêneo. Isto é, para justificar uma política econômica que buscasse resolver a diferença de ritmos entre a produção de valor no processo de trabalho e a sua realização no âmbito da circulação de mercadorias, que gera uma crise de demanda efetiva, Keynes estabeleceu a identidade entre a demanda por bens de consumo e a demanda por meios de produção, cuja soma constituiria na demanda efetiva, concluindo, com a homogeneização que a queda da demanda efetiva seria a verdadeira razão da crise de 1929 e não a superprodução em face da diferença de ritmos já referida. Estabelecida esta hábil construção lógica, mas não histórica, quando torna homogêneas a reprodução da classe trabalhadora e a reprodução da classe proprietária dos meios de produção, bastaria, segundo Keynes, por meio de um novo Estado intervir no universo econômico e social para o aumento da demanda efetiva. Este é o núcleo teórico que deve ser desmanchado para mostrar a *Teoria Geral* como uma ideologia para justificar a hegemonia social democrata do século XX. Difícil tarefa. No *A Crise da Ideologia Keynesiana*, ao identificar a sutil manobra teórica de Keynes na homogeneização da heterogeneidade de demandas nos capítulos 1, 4 e 11 Lauro Campos produziu a



chave de entendimento das inteligentes construções lógicas do Lord Inglês, que acabou por produzir uma teoria econômica que viria dar a guarida necessária para as propostas dos oportunistas da *social democracia*, bem como ao Estado consumidor improdutivo e destrutivo<sup>11</sup> do século XX, que se reiteraria por quase toda Europa. E, no plano teórico abre a guarda de Keynes e dos intelectuais sociais democratas para a discussão política sobre tema relevante à época de Keynes: *Reforma ou Revolução*.

A forma histórica que viria tomar o capitalismo no século da social democracia e do Estado de Bem Estar Social encontrava em Keynes a materialidade teórica para a prática política e para a regulação social. Assim, como a mercadoria apresenta-se por meio de suas qualidades intrínsecas e oculta suas qualidades extrínsecas, que são sociais, Keynes conseguiu, no plano lógico, produzir, no âmbito da economia, a ideologia que daria sustentação ao grande compromisso de classes produzido no século XX. Se o fetichismo da mercadoria é a base para a ideologia liberal, isto é, é a cultura que funda as relações sociais produtoras do pacto social no capitalismo, a ideologia keynesiana é sua forma histórica no século social democrata. Lauro Campos antecipou no plano teórico ao estudar a obra de Lord Mainard Keynes o que infelizmente assistimos atualmente de forma concreta em nível planetário.

Outra importante consideração no que se refere à desconstrução da *Teoria Geral* realizada consiste na demonstração da necessidade estrutural do capitalismo produzir o departamento III, segundo o autor,

o departamento de *não-mercadorias* para "fingirmos mais cem anos"<sup>12</sup>, quando segundo alguns ideólogos chegamos ao fim da história e do último homem, como pretendeu demonstrar Francis Fukuyama em sua obra mais divulgada no Brasil. Decorre da estruturação do departamento III, isto é, da produção da forma institucional do fundo público, que desde Adam Smith é a própria afirmação de que o Estado capitalista, para além de representar o capital por meio de uma autonomia política relativa, ele sempre teve um papel econômico, sem o qual o capital jamais se reproduziria plenamente de forma privada, isto é, pela *Mão Invisível do Mercado*. Na verdade Lauro Campos, em outro trabalho, ao analisar as políticas liberais e neoliberais deixa claro, com ironia peculiar, que a mão invisível do mercado é, na realidade, a mão armada, se não vejamos:

Os liberais, favoráveis à livre concorrência, até mesmo entre brancos e índios, aprovaram na democrática Câmara de Filadélfia, uma lei que garantia o pagamento de US\$ 100, US\$ 50 e US\$ 20 pelos escalpos de índios adultos, mulheres índias e crianças índias, respectivamente; os neoliberais lançam bombas atômicas no Japão, bombas napalm no Vietnam, fazem a guerra na Coréia, destroem o Kwait, desembarcam em Granada, ameaçam Cuba, armam os Contra na Nicarágua, alimentam o fogo em El Salvador, enviam a 4ª frota para garantir o golpe de 64 no Brasil, assassinam Allende...[.]

Os liberais ingleses destroem o artesanato indiano, conquistam o Egito, armam Cecil Rhodes nas guerras contra a Bechinalândia, a Zuzulândia, etc, na África; dobram a China por meio da guerra

do ópio (1.840); enforcam liberalmente seu rei e, liberalmente, põem outro em seu lugar; os neoliberais ingleses, enfraquecidos depois da II guerra mundial, fazem a guerra das Malvinas em parceria com os Estados Unidos, privatizam empresas estatais e anulam várias conquistas dos trabalhadores. [...]»<sup>13</sup>.

Fica-nos claro o papel político, mas também, o econômico e o belicoso do Estado capitalista no século da social democracia e do presente momento neoliberal e nos oferece a chave para desvendarmos o período do liberalismo clássico. A primeira das despesas é com a *Defesa*, em seguida, com a *Justiça*, baseada na propriedade privada e como decorrência na desigualdade social entre os homens, chegando a afirmar de forma convicta, que:

Por cada homem rico, haverá, pelo menos, quinhentos homens pobres, e a prosperidade de uns poucos pressupõe a indigência de muitos. A prosperidade dos ricos provoca a indignação dos pobres que muitas vezes são levados pela necessidade e influenciados pela inveja a apropriar-se dos seus bens. E é só com a proteção do magistrado civil que o dono de sua valiosa propriedade, adquirida com o trabalho de muitos anos ou, talvez de muitas gerações, poderá dormir com segurança<sup>14</sup>.

O terceiro aspecto a que Smith faz referência é a despesa do Estado para com serviços ou mesmo instituições que possam não interessar a uma ou várias unidades de capital, como por exemplo, "a criação e a manutenção dos serviços públicos que facilitam o comércio de qualquer país, [...], boas estradas, pontes, canais navegáveis, etc., exigirão variadíssimos níveis de despesas nos diferentes períodos da sociedade" (Op. cit,

p.335), a educação, para Smith, também é parte de tais despesas. Trata-se de Estado, que na sua origem subsume a dimensão pública à esfera privada em benefício da última. E ao perscrutarmos esta obra e no período presente vemos que há uma linha de continuidade: as mudanças na forma de Estado estão sempre a serviço do capital e do trabalho alienado. As modificações das esferas públicas e privadas mantêm relação direta com a realização do valor na esfera da circulação de mercadorias, o que teria levado Marx a dizer, que a burguesia necessita revolucionar-se sempre para manter-se, do que parece decorrer a expressão de um intelectual dos nossos dias: mais do que nunca "o vício faz elogio à virtude". E dada a crise do keynesianismo, mais do que nunca o setor de serviços deve ser a todo custo social estendido, no atual contexto de universalização do capitalismo e de deslocamentos do capital para esferas sociais outrora organizadas por meio da racionalidade pública, como é o caso da educação, particularmente da educação superior. A *Folha de São Paulo* de 18 de outubro do corrente registrava que o "ensino superior no Brasil vive um boom sem precedentes, impulsionado pela expansão da rede particular, em um processo considerado desordenado pelo atual governo". E que segundo dados do "Censo da Educação Superior 2002, divulgados ontem em Brasília, apontam que nos últimos cinco anos foram criados quatro novos cursos por dia."

Isto faz com que o horizonte de possibilidades das negociações na OMC sobre o *Acordo Geral de Comércio de Serviços* diretamente relacionado ao GATT tor-

ne-se muito negativo para quem entende a educação e, em particular a educação superior, como um direito e um instrumento de construção cultural de identidade política e de soberania dos países e que não a admitem na condição de mercadoria regida pela *Extended Order*: o fundamento último da universalização do capitalismo e do ultraliberalismo econômico.

Este é outro ponto alto desta contribuição das obras de Campos, embora as teorias e a expressão decorrente delas (política econômica) sejam devidas à herança de Keynes, a intervenção do Estado no domínio do econômico sempre esteve presente no capitalismo. Assim, o bom e velho fundo público, que toma sua forma institucional no século XX, parece estar nas características intrínsecas do capitalismo – o que contribui, como escreveu Luxemburgo e Lênin, para o oportunismo da social democracia – e para produzi-lo é necessário o departamento produtor de *não-mercadorias*. Esse é o núcleo ideológico da teoria keynesiana, que é, senão, outra forma histórica de uma teoria geral sobre a reprodução social da vida humana no *capitalismo*. Na *A Crise da Ideologia...*, embora a crítica tome a obra de Keynes o foco, para além dela, é o capitalismo como um todo nas suas diferentes fases, do que se depreende a potência crítica da obra de Campos, um legado, ainda pouco explorado na academia e na política para a crítica do perverso momento em que vivemos, particularmente para educação superior e sua condição de serviço como qualquer outra mercadoria do departamento III, com o objetivo de alargamento do setor de serviços e para

fingirmos senão por mais cem anos, por mais alguns, dependendo da correlação entre as forças políticas de Davos e de Porto Alegre. O que impõe muita responsabilidade política para o Fórum Social Mundial a realizar-se na Índia no próximo ano.

Por outro lado, é importante destacarmos algumas transformações neste período, analisado por Campos, que se estende, aproximadamente, de 1870 a 1910, quando a modernidade parece sofrer uma transição com graves conseqüências. A população dos Estados Unidos sofreu um aumento de 132%, proporcionalmente, a classe trabalhadora aumentou ainda mais, passando de 3.5 milhões para 14.2 milhões. O número de assalariados em 1849 era de 957 mil, aumentando progressivamente para 4.2 milhões em 1914; depois para 7 milhões já em 1917. Também nesse momento são fundados os primeiros sindicatos: Cavaleiros de São Crispin, A Nobre Ordem dos Cavaleiros do Trabalho, que chegou a ter 700 mil filiados. Na década de 1880 surge o Partido Socialista e em seguida o Partido Comunista. Em 1905, foi fundada a *Industrial Workers of the World* (IWW) que se associou a outros clubes e outras entidades da sociedade civil pregando a luta de classes e o socialismo nos Estados Unidos. Há, por outro lado, uma superprodução de capital produzida nos primeiros momentos do capitalismo monopolista por meio da superexploração, que, ato imediato, transformou a aparência dos países que mais sentiam tais mudanças. Movimentos revolucionários surgem no México, na Europa Oriental e na Rússia. Tais eventos marcavam uma mudança estrutural no processo civilizatório

burguês, dada a sua própria racionalidade como no plano teórico analisou Lauro Campos, com agudez nas suas obras que nos serviram como referência para a análise do setor de serviços e a potência de seu devir na *Organização Mundial do Comércio*. John Reed, que foi jornalista, escritor e apaixonado pela causa socialista, não deixou de sentir e de traduzir esses fatos concretos para a literatura, além de cobrir quase todos esses eventos. Em um de seus livros, de forma sensível, auto-analisando-se e comparando-se com o que ocorria no mundo, escreve em 1917:

Estou com 29 anos, e sei que este é o fim de um período de minha vida, o fim de minha juventude. Às vezes me parece também o fim da juventude do mundo; certamente a Grande Guerra mexeu com todos nós. Mas este é também o início de uma nova fase da vida, e o mundo em que vivemos está tão cheio de mudanças rápidas, cores e significados, que não posso deixar de imaginar as esplêndidas e as terríveis possibilidades da época que está por vir. Passei os últimos dez anos indo e vindo de um lugar a outro, bebendo da fonte da experiência, lutando e amando, observando, ouvindo e provando coisas. Viajei por toda Europa, para as fronteiras do Oriente e para o México, vivendo aventuras, vendo homens mortos e mutilados, vitoriosos e sorridentes, visionários e bem-humorados. Durante minha vida, vi a civilização mudar, se estender e se suavizar; e a vi se destruir e se esfacelar na explosão da sangrenta guerra<sup>15</sup>.

Lauro Campos<sup>16</sup>, tal como Reed traduz literariamente no excerto acima, nos mostra com clareza, que depois da Crise de 1929, o capitalismo entrou na fase

*Thanática*, no que se refere ao ser humano, faz isso ao nos mostrar o núcleo ideológico das teorias de Malthus e Keynes. Para o autor, a intervenção do Estado por meio de investimentos em *não-mercadorias* e em serviços improdutivos é a forma pela qual o problema axial do capitalismo, a insuficiência de demanda efetiva é temporariamente resolvida dando início à *economia política do não*: a não-produção de riqueza, o não-desenvolvimento, o não-emprego, o trabalho não produtivo, ou seja, tem início a artificialidade da economia capitalista e a destruição do processo civilizatório burguês por meio da mercantilização da esfera social da cidadania e da educação pública, isto é, dos direitos sociais e da guerra. Reiterando o que Lauro Campos já analisou, um fundo público é produzido para a manutenção do capitalismo desde então, não só no plano da economia, mas, sobretudo, no âmbito da construção do macroacordo social, isto é, na produção ideológica para a continuidade do capitalismo, como transparentemente afirmou Keynes. Trata-se da criação da cultura da social democracia pela via da *não-mercadoria*, do Estado consumidor e destruidor, para que se possa  *fingir mais cem anos*. Ao fazer esse movimento, nos mostra outro, o da esfera social da cidadania, que de modo artificial, operacionaliza seu alargamento por meio das políticas do Estado de Bem Estar, fazendo do Estado a instituição social central para a expansão do mercado, portanto, de redução da diferença de ritmos de aumento da produção e do consumo (daí a necessidade do alargamento do setor serviços, por exemplo, com a transformação da educa-

ção superior em mercadoria, como de forma draconiana reza o GATT, com a força política da OMC, por meio da concretização do AGCS), mas não eliminando as possibilidades e, mesmo, a realidade das crises capitalistas: subconsumo, realização, sobreacumulação de capital, baixa da taxa de lucro, dívida pública e desproporção.

Nesta fase *thanática*, o cidadão torna-se um usuário do Estado em vez de sujeito político, como na fase *erótica* já desde da segunda metade do século XVII, quando da vitória de Guilherme de Orange sobre seu sogro Jaime II, em 1688 por meio da *Revolução Gloriosa*, desembarcando em solo britânico e tendo em seu estandarte os dizeres *"Em defesa da Liberdade, do Parlamento e do Protestantismo"*. Estavam postas as condições econômicas para o capitalismo legitimadas pelo Liberalismo e consolidava-se a tolerância religiosa. Na expressão de Campos (2001), a fase de *Eros* do capitalismo iniciara e com ela um novo processo civilizatório com a presença de instituições sociais com autonomia relativa quanto ao Estado e mais progressista do que o regime monárquico absolutista dos *Stuart*, ainda que já trouxesse, em potência, a fase *thanática* dessa forma de produção da vida humana: o capitalismo.

O *modo de produção* capitalista, portanto, necessita constantemente de transformações imprescindíveis para sua própria manutenção. A partir de 1929 a reprodução do capital se faz por meio da produção improdutivo-destrutiva, com destaque especial "para a negação sistêmica do homem: a guerra"<sup>17</sup>. O Estado, nesse sistema, ocupa lugar central e, portanto, ain-

da que com autonomia relativa sobre as classes sociais - mostrando-se como representante de todas elas e de seus segmentos -, orienta, induz ou faz tais transformações no âmbito da produção, da economia, da política e da cultura.

Pois, ainda que o público derive do privado, e a ele se submeteria, como o queria Locke, a compreensão da abrangência e da definição dessas esferas depende diretamente do movimento das relações sociais de produção, que, por sua vez, constituem-se a partir da racionalidade do atual *modo de produção*: ao capitalismo, como bem mostra Campos nestes seus livros, interessa a utilidade, não a justiça. Os espaços públicos e privados são fluidos, mas distintos e relacionados entre si. De toda forma, o entendimento do público e do privado no capitalismo e de seu movimento somente se pode dar com a compreensão do movimento do capital e das crises do capitalismo, que instalam novos modos de conformação do público e do privado, que redeseñham as relações entre o Estado e a sociedade; e inauguram novos paradigmas políticos alargando ou estreitando os direitos sociais e a possibilidade concreta da existência. Razão direta para as reformas educacionais em nível planetário desde o início da década de 1990 na direção de transformar a educação em serviço, de mudar a identidade das instituições educacionais em qualquer nível. Aqui, nesta visada de largo prazo, encontram-se as maiores razões de nossos medos e de termos como um alerta muito assustador as assertivas de Wallerstein em agosto de 2003, no Rio de Janeiro, como já indicado. Assim, a compre-

ensão das mudanças no conteúdo histórico da cidadania e de paradigmas políticos, como se vê no Brasil nas últimas décadas, de forma exemplar, somente pode ser feita no contexto de redefinição das esferas pública e privada, especialmente, em momentos de crise e mudança do capitalismo, como com muita acuidade, nos mostra Lauro Campos nestes livros e nos permite compreender que a transformação da educação superior é algo mais concreto e iminente do que podemos ver de pronto no âmbito da Organização Mundial do Comércio e está a exigir muito mais dos movimentos sociais, do movimento sindical, dos partidos políticos, das associações científicas, etc. como claro se pode ver na análise feita até agora. O momento histórico do capitalismo em sua fase concorrencial atinge seu ocaso no fim do século XIX em função de sua racionalidade autofágica anteriormente delineada tal como propõe Marx, e a burguesia assume o poder político, bem como estabelece o seu ordenamento jurídico formal, abstrato e fundado no jusnaturalismo como já anunciavam os dizeres do estandarte de Guilherme de Orange. No entanto, diante da crise que se instaura intensiva e extensivamente no período referido, tendo como marco histórico o ano de 1929, a linha de desenvolvimento da totalidade social, que tem como esfera fundante a economia, altera-se impondo mudanças estruturais para a continuidade da autofagia social produzida pela coisificação do homem e a destruição do próprio processo civilizatório construído no capitalismo. Um novo tempo se inaugura denominado fordismo, talvez, por um algum economis-

ta inspirado em Gramsci, que tem o Estado de Bem Estar Social como instituição central na sua nova forma fenomênica.

No âmbito econômico, o fordismo pode ser caracterizado como um modelo estruturado em uma base produtiva com tecnologia rígida, com produtos homogêneos e a produção realizada em larga escala. Na esfera do consumo, o correspondente à produção em massa, é o consumo em massa e, nesse sentido, a propositura keynesiana foi a contratação, pelo Estado capitalista, de trabalhadores improdutivo-destrutivos a fim de realizarem as mercadorias que a distribuição capitalista impedia, dado que a demanda é insuficiente porque é capitalista. A demanda estatal será fundamental para garantir de forma complementar e substantiva a eficiência marginal (fictícia) do capital, assim como, ancilarmente, a demanda de bens de consumo duráveis feita pelos trabalhadores do terciário. Assim sendo, o motor da economia capitalista passa a ser os setores vinculados à produção de não-mercadorias diminuindo, portanto, relativamente, a produção de mercadorias. Nos países hegemônicos tem que haver uma diminuição do capital produtor, pois:

**o capital deve conservar-se bastante escasso** para que sua eficiência marginal seja pelo menos igual à taxa de juro [...] Se, em tais circunstâncias, partimos da posição de pleno-emprego, **os empreendedores terão naturalmente prejuízo se continuarem a oferecer emprego numa escala que utilize a totalidade da existência de capital**<sup>18</sup>.

E, duas páginas depois, complementa:

O dia em que a abundância de capital virá a interferir com a abundância de produção pode ser recuado na medida em que os milionários encontrem satisfação em edificar vastas mansões para nelas morarem enquanto vivos, e pirâmides para se recolherem depois de mortos, ou, arrependidos dos seus pecados, levarem catedrais e dotem mosteiros ou missões no estrangeiro. "Abrir buracos no chão" à custa da poupança, não só aumentará o emprego como também a renda nacional em bens e serviços úteis<sup>19</sup>.

Na esfera política, o Estado do Bem-Estar Social caracteriza-se pela realização de um compromisso de classes produzido a partir de políticas e legislação sociais, com a função de garantir a demanda comprimida pela distribuição capitalista da renda, isto é, da intervenção do público sobre o privado, em benefício deste último por meio do *departamento III produtor de não-mercadorias*. A reprodução ampliada desse processo socioeconômico está, como se pode aparentemente depreender desta breve caracterização, centrado na esfera da política, de modo específico, na estrutura e funções do Estado. Nesse caso: o Estado de Bem-Estar Social. O papel deste é analisado por Lauro Campos (2001) em outra obra bastante relacionada com *A Crise da Ideologia Keynesiana*:

[...] o assalariado está excluído do consumo, a não ser enquanto este reproduz sua força de trabalho como realidade histórico-social. O governo keynesiano passa a consumir, no lugar do assalariado, aqueles valores de uso que o assalariado não pôde consumir e no lugar dos consumidores não capitalistas: também estes podem ser parcialmente excluídos, porque a demanda

"autônoma" do governo garante a valorização do capital objetivada em não mercadorias, não-meios de consumo (p.37).

Por intermédio das políticas públicas, o Estado de Bem-Estar Social exerce um papel econômico, político, jurídico e ideológico no processo de reprodução social do capital que é de fundamental importância. Para ajustar, conforme a teoria de Keynes, a oferta em larga escala à demanda tornou-se absolutamente necessário o aumento exponencial do déficit público, por meio da hipertrofia do processo de acumulação de capital fundado no fantástico desenvolvimento do DIII relativamente aos departamentos produtores de meios de consumo e de meios de produção. No momento atual, há a necessidade dessa continuidade, com uma ruptura no mesmo movimento, tal alargamento é controlado por alguns Estados, porém é realizado no âmbito do mercado, como por exemplo, o grande interesse dos fundos de pensão na educação superior tomada como investimento. No período anterior, o Estado, então, torna-se consumidor estratégico para a valorização do capital garantindo tanto as condições materiais de reprodução do capital, quanto às condições sociais de reprodução das classes sociais em luta. Neste momento o mercado orienta o Estado a normatizar o processo de alargamento desse setor e da educação superior, possibilitando transformá-la de direito social em mercadoria do setor terciário.

Na fase positiva, de taxas de acumulação crescentes, de aumento do emprego, de taxas de lucro em ascensão o *well/welfare state* administrava despótica e au-

toritariamente, sob capa democrática, a relação, o “compromisso de classes” produzindo, dessa forma, no século XX, um macroacordo social, que inexoravelmente estava fadado a crises, que depois que eclodiram, impuseram o enxugamento da cidadania e dos direitos sociais, particularmente da educação superior.

Por outro lado o momento atual, momento de ruptura das relações sociais de produção, apresenta, com clareza, o conteúdo negativo tão bem envelopado por Keynes e genialmente descortinado por Lauro Campos nestes livros. Ora, o panorama internacional nos apresenta um quadro nada alentador: bombardeamento de populações e países pela maior potência mundial como foram os casos do Afeganistão e Oriente Médio nas últimas décadas. A economia norte-americana atingiu 5% de taxa de desemprego no primeiro quadrimestre deste ano, a Alemanha e a França com 10,7% e 9,3% respectivamente. A Espanha detém o recorde europeu com 11,9% da população ativa desempregada no mesmo período. Segundo a OIT: há três bilhões de pessoas, ou seja, metade da população do planeta se encontra na pobreza, com uma renda de menos de dois dólares por dia, sendo que a quase totalidade mora nos chamados países em desenvolvimento.

Nas economias semi-integradas, retardatárias a crise da ideologia e economia keynesianas se manifesta de forma mais virulenta. No caso brasileiro, depois de oito anos de neoliberalismo com o governo FHC, o poder passa a ser empalmado pela esquerda que defendia idéias antípodas ao governo Fernando Henrique Cardoso. O

proclamado governo popular cede às determinações do capital internacional em crise e, nesse sentido, suas políticas assumem, definitivamente, o processo da destruição das conquistas da classe trabalhadora. Agora, no poder, os “homens do presidente” propugnam pelo discurso único, numa sociedade lacerada pelas contradições inerentes à dinâmica capitalista em agonia. A proposta é a asséptica, neutra, afastando o povo em nome de soluções “mais adequadas tecnicamente”. É claro que:

Reconhecível, apesar de escondida, a velha “direita” está lá para recolher os pedaços da ideologia de esquerda. A imagem do tecnocrata vem desta última. A esquerda parece pensar que o reino da técnica admirará graças a ela. Segundo ela, os homens de direita que prometem eficácia técnica não querem e não podem realizar suas promessas: planificação, satisfação de necessidades sociais, racionalização da vida social, internacional e nacional, etc. À esquerda cabe preparar a entrada na terra prometida. As duas tendências entraram em acordo sobre uma representação: o mito da tecnocracia. É que nada parece mais com a imagem de um “tecnocrata de esquerda” que a de um “tecnocrata de direita”<sup>20</sup> (Tradução livre feita por Carlos Lima).

Nesse sentido, como nos fica claro neste trabalho, que a utilidade característica do capitalismo impôs com força para o governo popular democrático em sua prática a orientação do pragmatismo como filosofia política – e a prática é o único lugar onde a verdade e a falsidade das proposições são demonstradas. A política neoliberal do período anterior parece repetir-se de forma atualizada, com o agravante de que os mecanismos macroeconômicos possuem automatismos que aprofundam



e agudizam as contradições do tecido social brasileiro esgarçado. A taxa de morbidez em termos de crianças abandonadas e carentes só tem aumentado. A taxa de investimento produtivo tem, no atual governo, despencado. A taxa de juro continua explosiva alimentando a *auri sacra fames do setor bancário* diminuindo, sobremaneira, o poder aquisitivo da população brasileira por demais depauperada. O poder paralelo se desenvolve nas metrópoles como Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Minas Gerais<sup>21</sup>, etc. A taxa de desemprego é recorde histórico chegando a 13%, segundo IBGE.

O Estado capitalista oculta ideologicamente a negatividade intrínseca à dinâmica capitalista no seu estágio senil, pois o DIII (produção de não-mercadorias), que era a negação da riqueza elementar da sociedade burguesa (produção de mercadorias), entra em crise. A emissão de *state money*, o déficit público como políticas que propiciaram a dinamização do Estado do Bem-Estar Social se inverteram. A crise da relação capital e trabalho explode por todos os poros da sociedade. O custo de reprodução do capital é cada vez maior: as dívidas públicas interna e externa, a dívida social, o desemprego alarmante, os sem teto, sem saúde, sem educação, sem perspecti-  
va, sem...

Portanto, é inegável que o Estado autoritário e despótico produziu, neste "breve século XX", o grande macroacordo social, o século da social-democracia, quando os capitalistas internalizam, como privado, aquilo que é público, numa espécie de *neopatrimonialismo*, que, agora, se expressa no Estado mínimo neoliberal e na privatização dos direitos, especialmente na

educação, com destaque para o seu nível superior, com base em um novo pacto social produzido pelas políticas públicas e pela formação de um novo ser social: o cidadão mínimo: útil, só e mudo. A educação superior tornada mercadoria por meio do AGCS/GATT na Organização Mundial do Comércio é o ápice desse processo e acentua as contradições entre as forças de Davos e de Porto Alegre. Isso nos deve preocupar muito, pois, se não superarmos tais contradições, caminharemos para o caos como afirmou Wallerstein em agosto de 2003 no Rio de Janeiro.

### Notas:

<sup>1</sup> SIQUEIRA, Ângela. Texto apresentado no III Seminário Nacional- Educação & Poder: tensões de um país em mudança. UFF: Programa de Pós-Graduação em Educação, 3 a 5 de setembro de 2003.

<sup>2</sup> Nader, R. e Wallach, L. (1996). GATT, NAFTA, and the subversion of the democratic process. In MANDER, J.; GOLDSMITH, E. (Eds.). *The case against the global economy*. San Francisco: Sierra Club, p. 102-103.

<sup>3</sup> KORTEN, D. C. (1996). *When corporations rule the world*. Connecticut: Kumarian Press Inc; San Francisco, Ca: Berrett-Koehler Publishers Inc., p.176.

<sup>4</sup> WTO - World Trade Organization (1995). The General Agreement on Trade and Services (GATS): objectives, coverage and disciplines. Disponível no site [www.wto.org/tratop\\_e/serv\\_e/gatsqa\\_e.htm](http://www.wto.org/tratop_e/serv_e/gatsqa_e.htm), p.278.

<sup>5</sup> WTO - World Trade Organization (1995). The General Agreement on Trade and Services (GATS): objectives, coverage and disciplines. Disponível no site [www.wto.org/tratop\\_e/serv\\_e/gatsqa\\_e.htm](http://www.wto.org/tratop_e/serv_e/gatsqa_e.htm), ArtI, 3, b - c

<sup>6</sup> SGUISSARDI, Valdemar; SILVA JR, João dos Reis. *Novas faces da educação superior no Brasil - reforma do Estado e mudanças na produção*. Bragança Paulista e São Paulo: EDUSF e Cortez, 2001 e SILVA

JR, João dos Reis. *Reformas do estado e da educação no Brasil de FHC*. São Paulo: Xamã, 2003.

<sup>7</sup> Temas discutidos com detalhes nos livros referidos na nota anterior.

<sup>8</sup> Destaca-se, aqui, outra continuidade no governo Lula, como se pode ler na Folha de São Paulo, de 13 de setembro de 2003, quando afirmou "A sociedade brasileira pode fazer pacificamente e tranquilamente a revolução que não aconteceu em muitos países", disse o presidente, que antes de visitar a feira esteve na sede da Cutrale, maior empresa de suco de laranja do mundo.

<sup>9</sup> Destaca-se aqui a política externa levada a termo pelo presidente Luiz Inácio da Silva, quando busca fortalecer e liderar o mercosul aproxima-se dos países do Pacto Andino e da África, buscando fortalecer-se, como David frente a Golias. No entanto, sem jamais poder contar com a onipotência e a onipresença do domínio econômico, da influência política e da hegemonia dos EUA, como David, podia contar com tais características deísticas na famosa passagem bíblica.

<sup>10</sup> No site do Partido dos Trabalhadores de 08 de setembro de 2003 pode-se ler sobre a posição de Lula quanto à educação e a transferência de responsabilidade sobre ela do Estado para sociedade civil, possível, em parte devido à reestruturação promovida por FHC. Diz Lula: "Nós precisamos parar com idéia de que o Estado pode tudo, de que o governo pode tudo. É preciso que todos se perguntem sobre o seu papel enquanto cidadãos. O que estamos fazendo para dar a nossa contribuição para esse país. Tem muita gente dando contribuição, mas muita gente ainda pode fazer mais", disse o presidente. Segundo Lula, os brasileiros que aprenderam a ler e a escrever devem socializar esse conhecimento com aqueles que não tiveram a mesma oportunidade e, assim, será possível acabar com o analfabetismo no país. O presiden-

te citou o exemplo dos empresários que, se assumissem o compromisso de alfabetizar 10% de seus funcionários, tornariam possível acabar com o analfabetismo em um ano. "É preciso adotar essa campanha de alfabetização como se fosse uma campanha de vacinação contra o vírus do analfabetismo", disse o presidente.

<sup>11</sup> Como qualquer leitor assíduo de jornal pode perceber o paradigma em ação, que são os Estados Unidos da América em suas últimas ações belicosas internacionais.

<sup>12</sup> KEYNES, J.M. *Essays in Persuasion*, The Norton Library, 1963, p. 372.

<sup>13</sup> CAMPOS, Lauro. O PT frente à crise do capitalismo, BSB, 1991, pp. 23-4.

<sup>14</sup> SMITH, Adam. *Riqueza das nações* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993. V.2, p.318.

<sup>15</sup> REED, John. Quase Trinta. Em: *Eu vi um novo mundo nascer*. São Paulo: Boitempo, 2001, p.23, grifos nossos, escrito em 1917.

<sup>16</sup> CAMPOS, Lauro. *A crise completa* – a economia política do não. São Paulo: Boitempo, 2001.

<sup>17</sup> "Da mesma forma, a produção que produz o homem passa a produzir o não-homem, a negação do ser humano, até produzir sua negação sistêmica e necessária: a guerra". *A crise completa...* p. 14.

<sup>18</sup> KEYNES, J.M. *Teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro*. Brasil/Portugal: Fundo de Cultura, 1970, p.209. Grifos nossos.

<sup>19</sup> *Ibid.* p. 211. Grifos nossos.

<sup>20</sup> LEFEBVRE, H. *Vers le cyberanthrope*. Paris, Denoël/Gonthier, 1971, p.22.

<sup>21</sup> Conferir Folha de São Paulo de 5 de novembro de 2003, em que se pode ler sobre o estado psicológico dos policiais diante de tantas mortes realizadas pelo poder paralelo no centro de São Paulo e na Baixada Santista.